

# Construções identitárias e representações: os movimentos feministas e de mulheres em Belo Horizonte, nas décadas de 1970/1980 – Um estudo de caso<sup>1</sup>

Natália Silva Elias<sup>2</sup>  
José Heleno Ferreira<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

**A**s mulheres são mulheres por sua estrutura fisiológica. Presentes em todas as camadas e classes sociais, sempre foram subordinadas ao sexo masculino em toda a história da humanidade. Essa opressão é absoluta: as mulheres não detêm uma identidade cultural e étnica própria. São historicamente subordinadas, pela naturalização do simples fato de serem mulheres e estarem inseridas dentro do chamado “segundo sexo”. É só neste sentido que se pode falar da mulher como categoria universal, pelo fato de sua opressão.<sup>4</sup>

Simone de Beauvoir, em 1949, escrevia que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”,<sup>5</sup> afirmando que o ser mulher é um conceito construído socialmente: as mulheres estão inseridas dentro de um âmbito cultural, historicamente determinado, não natural. Essa análise permite questionar o caráter absoluto das opressões, considerando a identidade da mulher passível de transformação.

---

<sup>1</sup> Este artigo refere-se a uma adaptação do projeto de pesquisa apresentado ao curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, como pré-requisito para conclusão de curso, orientado pelo professor José Heleno Ferreira. Ressalta-se, ainda, que tratam-se de considerações iniciais, baseando-se em teorias e metodologias que auxiliarão nas discussões das problemáticas propostas.

<sup>2</sup> Graduanda em História – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG - Unidade Divinópolis-MG.

<sup>3</sup> Graduado em Filosofia (INESP), Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC), Professor UEMG Divinópolis. Membro da equipe de pesquisadores do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho.

<sup>4</sup> Ver em: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. 1980. 47 p.

<sup>5</sup> BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 1967. p. 9.

A concepção essencialista do ser humano, isto é, a ideia de que o indivíduo é constituído por uma essência universal e imutável, é negada por Beauvoir. Portanto, o “ser” se torna problemático e a constituição do homem/mulher só se torna possível sob um esforço de interiorização de uma essência de ser homem e ser mulher. Tais atributos identitários constituem uma ficção, podendo existir somente interiorizados, levando, portanto, à conclusão de que o sexo e o gênero não emanam naturalmente do ser humano. Tais leis são aplicadas aos corpos, inferindo a ideia de que não existe uma única definição do ser mulher e que não há como generalizar a mulher em um único grupo universal. O que temos são projeções que construímos ao redor do feminino, de modo que as mulheres se tornam mulheres em contextos sociais e culturais específicos.

Existe, portanto, uma diversidade de mulheres com suas especificidades e características, de maneira que nem todas sofrem as mesmas discriminações e nem tão pouco possuem as mesmas oportunidades e experiências, como também são diversas suas perspectivas e atuações. De acordo com Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, “A tarefa de uma antropologia da mulher seria justamente a de tentar perceber e delimitar a singularidade cultural dessas realizações, bem como, através da comparação entres estas, apreender a problematizar suas constantes”.<sup>6</sup>

A partir desses argumentos, este artigo visa analisar um determinado grupo de mulheres que viveram em Belo Horizonte entre 1970 e 1980, no contexto político da ditadura civil militar brasileira, inseridas nos movimentos de mulheres e/ou movimentos feministas. É a partir dos anseios particulares dessas mulheres belorizontinas que o presente trabalho busca compreender suas diferenças identitárias e as consequências dessas identidades para os movimentos dos quais participavam.

É a partir do conceito de identidade que surgem algumas indagações. Por que essas mulheres se colocavam dentro de um Movimento de Mulheres e outras no Movimento Feminista? Como se filiavam a esses movimentos e qual o sentido da ação dessas mulheres em um movimento social? O que significava, em termos identitários, estar dentro ou estar fora de um movimento? Como essas mulheres viam esses movimentos naquele período? Este confronto de ideologias e identidades provocou transformações

---

<sup>6</sup> FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. 1980. p. 33.

nos movimentos feministas e de mulheres? Se sim, quais seriam essas transformações?

A partir dos anos 1960, com a industrialização, maior acesso à educação escolar, tecnologia e urbanização, há significativas mudanças relativas aos papéis de gênero. Com essa transformação social, o debate quanto à questão de gênero busca uma desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino, transformando o enfoque teórico-metodológico ao explicitar uma hierarquia na qual a mulher se encontra em uma posição inferior.

Surge, então, nos países desenvolvidos – Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Itália – uma enorme onda de manifestações de mulheres que apresentavam diversas bandeiras e vertentes, lutando por interesses percebidos por elas como específicos: “Esses interesses exprimir-se-iam na luta ‘contra a discriminação da mulher na sociedade’, o que pode ser traduzido no rebelar-se contra a imposição de um papel social alocado a um sexo, no caso, o ‘segundo sexo’, ou ‘sexo frágil’”.<sup>7</sup>

É neste momento que consideramos aqui o feminismo enquanto movimento social – para além das diversas manifestações de mulheres reconhecidas como feministas desde a Revolução Francesa – que se constrói através da denúncia de outras formas de opressão que perpassa o econômico, rompendo com o silêncio do indizível, buscando superar formas de organizações tradicionais permeadas por matrizes culturais profundas e pelo autoritarismo patriarcal. É a construção de um espaço exclusivo de atuação política, no qual a mulher se descobre sujeito, indivíduo, produzindo assim diversas consequências sociais e culturais. Em contrapartida, enquanto as mulheres nos Estados Unidos e Europa marchavam pelos seus direitos, as mulheres brasileiras foram barradas pela ditadura civil militar que extinguiu qualquer possibilidade de liberdade de expressão e autonomia do sujeito.

No entanto, como dito antes, significativas mudanças relativas aos papéis de gênero aconteceram no mundo e também no Brasil. Essas mudanças acarretaram revoluções no âmbito privado, mesmo que de forma tênue, possibilitando novos horizontes às mulheres, principalmente àquelas pertencentes às classes médias. Mantinham-se as regras morais e os papéis de gênero construídos socialmente, mas incentivava-se o estudo como forma de complemento ao matrimônio. É a partir desse contato com os

---

<sup>7</sup> FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. 1980. P. 35.

colégios que as mulheres se construía[m] como sujeitos politizados, produzindo reflexões filosóficas, sociais e existenciais. Essa formação política e intelectual, fortemente ligada com a vivência familiar, que auxiliava em muito o desenvolvimento educacional, possibilitou às mulheres engajar-se na militância em oposição ao regime ditatorial. Em entrevistas feitas com mulheres belorizontinas, a vivência em família é reiterada diversas vezes. No que tange à militância política, “A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero”.<sup>8</sup> As mulheres saíam, portanto, do privado, deixando os postos antes estagnados na categoria esposa, dona de casa, irmã, mãe e passavam ao público, mesmo que essas possuíssem, dentro dos partidos ou movimentos políticos, cargos de menor significação.

Ainda que essas mulheres participassem ativamente das atividades políticas e do politizado movimento estudantil na primeira fase da ditadura – 1964/1968 – “em nenhum momento dessa participação ficou evidente uma discussão de caráter eminentemente feminista”.<sup>9</sup>

A implementação do Ato Inconstitucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, considerado o “golpe dentro do golpe”, em resposta às grandes manifestações estudantis, transformou o Brasil. A partir dessa data o país passaria a viver uma situação de extrema repressão aos direitos civis e políticos; clima este implantado no governo do general Costa e Silva. Conseqüentemente, os planos da oposição saíram então da teoria e passaram à prática. Os confrontos nas ruas se tornaram intensos e os anos 1970 foram marcados por uma intensa perseguição política aos líderes dos movimentos considerados subversivos.

É neste momento que surge, em meio às discussões políticas, um novo movimento que contestava a esquerda tradicional e o universo conservador que regia o sistema social brasileiro no plano dos costumes. Nascia o movimento que foi reconhecido como contracultura, no qual o feminismo estava inserido.

Ao analisar o feminismo brasileiro é importante perceber esse contexto político. Consagra-se inicialmente como um movimento em oposição à ditadura e se transforma ao longo dos anos, durante o processo de abertura política no país. Grande parte de mulheres

---

<sup>8</sup> NASCIMENTO, I. F. G.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. 2012. p. 44.

<sup>9</sup> Idem, p. 45.

que se articulavam no entorno de grupos femininos antes de 1970 atuavam na clandestinidade. Em 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, as organizações feministas e de mulheres começaram a se espalhar pelo país.

De acordo com Joana Maria Pedro:

Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos entre estes, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI, teve o tímido título de "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira".<sup>10</sup>

É a partir do ressurgimento do movimento de mulheres e feminista que será construída nossa análise. Assim, optou-se pela realização de entrevistas com mulheres que participaram dos dois movimentos de 1970 a 1980, que foram devidamente registradas para a realização de um artigo final. É a partir do testemunho dessas mulheres que buscamos responder as questões levantadas anteriormente. Busca-se, pois compreender o que levou algumas mulheres a participarem de movimentos feministas e outras a participarem de movimentos de mulheres. Busca-se compreender as consequências para os processos identitários e de constituição subjetiva dessas mulheres da participação num e noutro movimento.

Em suma, pretendemos com este artigo, demonstrar de forma preliminar, o sentido da ação dessas mulheres, buscando a compreensão de que o sujeito está relacionado ao seu círculo social, na construção de sua identidade e suas representações.

---

<sup>10</sup> PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. 2006. p. 251.

## A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Durante séculos a produção historiográfica foi pautada especificamente na reprodução de documentos escritos e oficiais, elevando os grandes nomes e seus feitos. A grande maioria da sociedade era desconsiderada neste contexto, não englobando na construção histórica as representações de pessoas consideradas “comuns”. Trata-se, então, de uma historiografia meramente descritiva, que valorizava a história estatal e dos grandes personagens, sem espaço para qualquer tipo de interpretação e questionamento das fontes.

Com o surgimento de novas abordagens documentais na historiografia, esse cenário foi modificado, sendo a Escola dos *Annales*, a principal referência em relação à abrangência das fontes na pesquisa histórica. Tomando como base teorias e metodologias já presentes em estudos antropológicos, a análise histórica passa a considerar uma maior gama de fontes como relevantes no trabalho do historiador, “esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado”.<sup>11</sup> Além dos já descritos documentos oficiais, de cunho político, abre-se espaço para fontes iconográficas, textos literários, obras de arte e arquitetônicas e análises de memoriais, escritas (diários) e orais. Tal transformação abre caminho para produções com perspectivas culturais, sociais e econômicas, além, é claro, das análises políticas já consideradas até então. Evidentemente, com a ampliação de possibilidades documentais, abre-se também o espaço para uma história construída por diversos personagens, sendo assim, o produto de análise histórica seria o sujeito sem qualquer forma de separação social, interessando, de fato, a produção humana e suas representações.

Para além disso, a conversação entre História e Antropologia possibilitou uma nova percepção das análises teóricas metodológicas na qual as duas disciplinas se articulam e se complementam. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida,

O diálogo cada vez mais intenso entre a história e a antropologia tem resultado em novos pressupostos teóricos e conceituais para a análise de

---

<sup>11</sup> FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. 2012. p.173.

relações de contato entre povos cultural e etnicamente distintos:<sup>12</sup>

(...)

Desde então, a história do cotidiano e a atuação dos homens comuns foram se tornando temas relevantes para os historiadores, visto que camponeses, mulheres, “fanáticos”, degredados, cativos e inúmeros outros atores, antes marginalizados nas interpretações históricas, tiveram suas ações valorizadas por intermédio de pesquisas voltadas para a identificação dos significados de seus comportamentos e mentalidades.<sup>13</sup>

É neste sentido que Edward Thompson<sup>14</sup> argumenta sobre uma história vista de baixo, buscando uma análise de pessoas ou grupos conceituados como “comuns”. Para tal é importante discutirmos aqui os aspectos da oralidade e sua importância para o objeto de pesquisa.

É importante neste trabalho a apropriação de uma teoria e metodologia da História Oral, pois utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade. É a partir da oralidade que sujeitos anônimos, sem nenhum *status* político, econômico ou social, podem contar suas vivências e os acontecimentos de sua época, construindo uma forma mais realística do passado. Segundo Paul Thompson, a História Oral “é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas”.<sup>15</sup>

O testemunho se arqueia sobre a fala, a fonte oral, e resgata a trajetória, a experiência. É a partir da fala que o sujeito reconstrói sua época, sua vida, sua sociedade, com seus valores e culturas. É a partir das entrevistas que o depoente elucida uma percepção verdadeira do real, compreende e se apropria do mundo ao seu redor.

É neste contexto que Alberti destaca a contribuição da História Oral:

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, M. R. C. *História e Antropologia*. In: *Novos Domínios da História* org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. 2012. p.151.

<sup>13</sup> Idem, p.154.

<sup>14</sup> Ver: THOMPSON, E.P. *A história vista de baixo*. 2001.

<sup>15</sup> THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. 2006. p.20.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.<sup>16</sup>

É importante ressaltar que para além do recolhimento dos testemunhos é de extrema importância que esses sejam analisados e problematizados;<sup>17</sup> o objeto de estudo é recriado por intermédio da memória dos informantes e não deve ser visto como algo dado e estático. O historiador deve buscar reflexões históricas e desdobramentos teóricos metodológicos, lembrando sempre que a História Oral é um campo interdisciplinar: “Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica [...] antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas”.<sup>18</sup>

Partindo dessas análises, é fundamental analisar historicamente o percurso dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil. Sendo assim, uma tentativa de mostrar que a história se escreve por todos os indivíduos que compõem a sociedade, ressaltando que está sendo construída a todo o momento e que todos nós somos sujeitos históricos.

Portanto, o testemunho é uma fonte documental extremamente eficaz para o estudo da história das mulheres, uma vez que democratiza a memória e reconstitui a identidade feminina. São relatos vividos que ampliam as vozes de mulheres como testemunhos e saem do silêncio da historiografia. Segundo Sherna Berger Gluck, citada por Salvatici,

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias

---

<sup>16</sup> ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. 1990. p. 5.

<sup>17</sup> Ver: FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: *Novos Domínios da História*/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. 2012. 167-186 p.

<sup>18</sup> THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. 2006. p.20.



vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é 'historicamente importante', e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado.<sup>19</sup>

É importante ressaltar que a conversação entre História Oral e História das Mulheres se construiu em meados do fim de 1960 em meio a movimentos sociais e políticos e buscava o resgate da memória oculta. No entanto, houve mudanças no campo de análises nos estudos relativos à Mulher a partir dos anos 1980. O conceito de "Pluralidade" se tornou uma nova chave na história oral de mulheres, buscando uma concepção de sujeito histórico, não mais entendido de forma universal, mas em suas subjetividades, singularidades e perspectivas. O que antes era considerado a "voz das mulheres", transformou-se em múltiplas vozes. De acordo com Salvatici, "Nessa nova fase, o mais fundamental de tudo tenha sido a passagem da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela história tradicional, por meio da escuta de vozes ocultas, para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é essencial para compreendê-las".<sup>20</sup> Para além dessa questão, a História Oral da mulher deve ser percebida como específica:

Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> GLUCK, B. S. (1977). *Frontiers: a Journal of Women Studies*. (Ensaio de abertura) Apud: SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p.30.

<sup>20</sup> SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p.33.

<sup>21</sup> SCOTT, J. W. (2008) *Gênero y história*. Apud: TEDESCHI, L. A. *Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero*. 2015. p. 333.

A História Oral vista como uma possibilidade de contribuir com os menos privilegiados a conquistar dignidade e autoconfiança, neste sentido à história das Mulheres: “[...] contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória”.<sup>22</sup>

Quando se amplia o campo da História se percebe uma complexidade e uma diversidade tão grande de fatos, sentidos, interpretações que a denominação mais correta seria o termo *Histórias*, que estão pautadas em testemunhos.

Assumir tal diversidade histórica, portanto, é visualizar novas possibilidades de atuação, tanto em um contexto temporal quanto espacial, e perceber que não existem heróis ou sujeitos únicos que transformaram um contexto específico, ou delimitaram um destino histórico. É necessário perceber que a realidade histórica é inesgotável, com múltiplos personagens e suas singularidades, que atuaram de inúmeras formas, contribuindo assim para que um fato se concretizasse. No entanto, tal realidade não é transparente ou entendida de uma única forma possível, e daí sua complexidade. De tempos em tempos, a produção historiográfica acaba por eleger uma prioridade em suas análises, focando em objetos específicos e desprezando, excluindo e escondendo outros, deixando, portanto, de exercer sua função transparente.

Tais produções não levam em consideração as questões da memória dividida, é importante, pois, demonstrar que o objeto de estudo dessa pesquisa não é uma história ou uma memória dominada, nem tão pouco construí-la como dominante ou oficial. O intuito é trabalhar com a memória do testemunho das mulheres e o contexto ditatorial, quanto à diferença de memória entre o movimento de mulheres e movimento feminista. Seguindo o pensamento de Portelli<sup>23</sup>, é importante ressaltar que a questão não é discutir uma memória versus outra, e, sim, destacar que são múltiplas memórias fragmentadas, com diversas influências culturais, sociais e ideológicas, e que a grande diferença entre as duas está na transformação das representações em fatos por parte de cada memória. Ou seja, ambas devem ser consideradas.

---

<sup>22</sup> SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005. p. 36.

<sup>23</sup> Ver: PORTELLI, A. - 1996 - “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. 1996, p. 103-130.

Neste sentido, é importante perceber que os grupos feministas e de mulheres não podem ser compreendidos como fenômenos estanques. Muitas são as mulheres que participaram e participam de um e de outro, bem como muitos são os momentos em que os diferentes movimentos se encontram, se irmanam em torno de um mesmo objetivo. Assim, os grupos feministas e de mulheres construíram memórias fortes entre si, no sentido de organização e estruturalização com compartilhamento de experiências, formulando representações de suas identidades. Esses grupos, portanto, como identidade, representação e fixação, trazem à tona não só o rompimento com os papéis tradicionais de gênero, mas o ressurgimento da mulher na história. A construção de uma História das mulheres está imbricada em um exercício da memória, pois sem ela não se pode construir ou resguardar a identidade. Ainda de acordo com Tedeschi,

Ao se lembrarem do passado, as mulheres selecionam certas lembranças que as põem em relação com os outros. Esses são parâmetros de identidade que ressaltam certas marcas de identificação grupal e, ao mesmo tempo, de distinção dos outros e que se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias dentro de uma temporalidade ainda em construção.<sup>24</sup>

Ana Carolina D. Escosteguy discorre sobre a Identidade: “como nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros; sobre o deslocamento do indivíduo do seu lugar na vida social e de si mesmo.”<sup>25</sup> Tomaz Tadeu da Silva aborda o conceito de Identidade, como “aquilo que se é”, com estreita dependência com a diferença, a qual se tem “a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos”.<sup>26</sup>

A noção do eu, e do que eu sou, transforma a identidade em um conceito que nega o outro e constrói um processo de incluir e excluir. O “Eu e o Ele”, o “Nós e o Eles”, provocando assim relações

---

<sup>24</sup> TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 41.

<sup>25</sup> ESCOSTEGUY A. C. D. *Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana*. 2001. p. 139.

<sup>26</sup> SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2003. p. 76.

de poder, demarcando fronteiras, determinando classificações e normalizações:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.<sup>27</sup>

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos.<sup>28</sup> É neste sentido que pretendemos construir uma análise dos grupos feministas e de mulheres. Interessa-nos, de fato, demonstrar, a partir das entrevistas destas mulheres, como suas memórias interferiram nas suas representações do fato e como isso influenciou suas construções identitárias, ou seja, como suas experiências próprias são representadas no contexto da ditadura civil militar e auxiliaram em suas próprias definições de identidade. Assim, a oralidade corresponde, ao mesmo tempo, a um “relato e um resíduo das ações,”<sup>29</sup> destas mulheres, pois representa o relato das representações do passado e também o resíduo das ações interpretativas, tanto do entrevistado quanto do entrevistador. Neste contexto é importante ressaltar a identidade como “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações”.<sup>30</sup> Seguindo nossa análise, cabe aqui citar o testemunho de Elizabeth Fleury,

---

<sup>27</sup> Idem, p. 82.

<sup>28</sup> TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 42

<sup>29</sup> HÜTTENBERGER, Peter (1992). *Überlegungen zur Theorie der Quelle*. Apud: ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. 1996. p. 3.

<sup>30</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2003. p. 74.

que participou do movimento feminista dentre as décadas de 1970 e 1980 em Belo Horizonte:

Mas o período que eu vivi aqui, eu notava assim que a gente conquistou um nível de independência... Eu logo que eu assinei minha carteira fui pra um jornal mais importante, comecei a ter uma carreira, já ainda no final da universidade eu já sai de casa e fui morar sozinha, entendeu. Mas isso não era absolutamente comum na minha geração, às mães estavam ali partejando as filhas com suas paqueras pra ver se tornava-se donas de casa, mães de família, e tal, se casavam. E a gente acabou criando um preconceito ao contrario, nos morríamos de rir de gente que vivia cuidando de namoricos e tal, tal, tal, e de virar dona de casa, mãe de família, pra nos isso era um problema. [...] Isso pra nos virou um preconceito ao contrario. Nós também éramos preconceituosas. Mas era a forma da gente se defender e criar outra cultura. A gente vivia num universo a parte, é isso que eu quero dizer, entendeu. Nos não participávamos dessa vida. [...] <sup>31</sup>

Assim, podemos perceber que a construção de identidade está estritamente ligada à diferença, e as representações auto se afirmam no fato da legitimação de uma “nova cultura”.

De acordo com Portelli, “as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.<sup>32</sup> O acesso ao passado depende claramente de vestígios daqueles que dele participaram. Neste caso, o que nos interessa não é o fato de forma isolada, e, sim, uma construção histórica a partir das representações que tais mulheres carregam do período em questão, como destaca o relato de Elizabeth Fleury: “Era uma construção de outras regras, a gente que inventou um outro mundo, que depois ele passou até a existir. [...] a gente vivia levantando bandeira entendeu, queria fazer

---

<sup>31</sup> TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

<sup>32</sup> PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. 1996, p.111.

revolução Francesa na família, tipo isso né. Liberdade de ir e vir, de pensar, se expressar".<sup>33</sup>

É também neste sentido que, analisando esses movimentos no recorte temporal da ditadura civil militar brasileira, é importante perceber o peso da lógica política nas construções das redes de poder e como isso insuflou o surgimento dessas movimentações. Para isso é necessário forçar o diálogo com a historiografia política para analisar a história de indivíduos que ficam à margem da sociedade. A conjuntura política brasileira com suas repressões no período ditatorial levou a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito geral, este trabalho não é uma atitude de solidariedade para com as mulheres ou a recriação de novos heróis ou heroínas. Qual a perspectiva que nos leva a analisar os movimentos de mulheres e feministas no Brasil? De certo, o resgate da militância é um dado importantíssimo para se entender o papel da mulher na sociedade brasileira atual e sua estruturalização. Mas não é suficiente.

Há na História uma invisibilidade e um silenciamento em relação às mulheres que Michelle Perrot define como *o silêncio das fontes*:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende a memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

<sup>34</sup> PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. 2007. p. 17.

Esse silenciamento da mulher na história pode ser atribuído também à falta de resgate de suas memórias. É nesse sentido que, sem lembranças, a mulher é a aniquilada, desaparece no vazio da memória, se tornando indizível, sem identidade, ficando à margem da história, com poucas exceções.

O trabalho de memória pode ser visto, portanto, como construção de uma oportunidade dessas mulheres contarem suas trajetórias de seus respectivos pontos de vista, e formularem garantias de fazerem parte da história, uma história plural, mais democrática da qual são também sujeitos ativos. É neste sentido que Tedeschi afirma que “conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada”.<sup>35</sup>

Tornar público esse não dito é, portanto, uma maneira de trazer à tona um dever de memória, uma representação de justiça mesmo que simbólica daqueles que fizeram parte de um dado momento histórico. No caso das mulheres militantes, é possibilitar o direito à memória e à verdade, em um período de repressão, no qual batalharam em nome do direito social e da democracia em busca de um país igualitário e justo. Elucidar o que aconteceu naquele período é transformar o testemunho, tornando-o valorizado, reconhecido e conhecido, é devolver à história um caráter humano.

Em suma, por intermédio da História Oral pretendemos analisar os testemunhos de mulheres inseridas nos movimentos feministas e de mulheres no período da ditadura civil militar brasileira. Dessa forma, espera-se contribuir com a construção/reconstrução de suas memórias e reconstituir a identidade feminina na história. Afinal, de acordo com Thompson, “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.<sup>36</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.
- ALMEIDA, M. R. C. *História e Antropologia*. In: *Novos Domínios*

---

<sup>35</sup> TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 2014. p. 38.

<sup>36</sup> THOMPSON, P. *A voz do passado*. 1992. p. 44.

- da História/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio M. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- ESCOSTEGUY A. C. D. *Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2001.
- FERREIRA, M. M. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: Novos Domínios da História/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012.
- FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro. Editora Zahar Editores. 1980.
- GLUCK, B. S. (1977). *Frontiers: a Journal of Women Studies*. (Ensaio de abertura) *Apud*: SALVATICI, S. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Tradução: Luiz A. R. R. C. História Oral, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HÜTTENBERGER, Peter (1992). *Überlegungen zur Theorie der Quelle*. *Apud*: ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado durante o II Seminário de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.
- NASCIMENTO, I. F. G; TRINDADE, Z. A; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2012.
- PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.
- PERROT. M. *Minha História das Mulheres*. Tradução Ângela M. S. C. São Paulo. Editora Contexto. 2007.
- PORTELLI, A. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*". In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALVATICI, S. *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. Tradução: Luiz A. R. R. C. História Oral, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005.
- SCOTT, J. W. (2008) *Gênero y história*. *Apud*: TEDESCHI, L. A. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, 2015.



SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEDESCHI, L. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres – Dourados – MS: UFGD, 2014.*

THOMPSON, E.P. *A história vista de baixo*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. *História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro*. In: *História falada: memória, rede e mudança social /* Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

## REFERÊNCIA DOCUMENTAL

TEIXEIRA, E. M. F. *Entrevista concedida à Natália Silva Elias*. Belo Horizonte. 08/10/2016.

\*\*\*